INCENTIVANDO A INOVAÇÃO NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PAULISTAS

Movimento pela Inovação

DESENVOLVE SP
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
CNPJ nº 10.663.610/0001-29

DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º SEMESTRE DE 2015

1 DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

A Desenvolve SP é uma instituição financeira de desenvolvimento, atuante em todo o Estado de São Paulo, que financia, por meio de linhas de crédito, o crescimento sustentável das empresas de pequeno e médio porte, prioritariamente, e dos municípios paulistas.
Com sede no município de São Paulo, iniciou suas atividades em março de 2009, com capital integralizado de R$ 1 bilhão, e faz parte da administração indireta do Estado de São Paulo, sendo vinculada à Secretaria da Fazenda.
A Desenvolve SP acredita que o crédito consciente pode transformar de forma positiva a economia paulista, gerando mais emprego e renda, e que com o financiamento de longo prazo é possível investir em tecnologia, inovação e aumentar a eficiência e a sustentabilidade nos negócios, com respeito ao meio ambiente e preservando os recursos naturais.

MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras.

VISÃO

Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista.

VALORES

Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade.

1.1 Público-Alvo
A Desenvolve SP atende as empresas instaladas e com sede no Estado de São Paulo, que tenham faturamento anual entre R$ 360 mil a R$ 300 milhões, dos setores do agronegócio, comércio, indústria e serviços.
Para empresas com faturamento superior a R$ 300 milhões, a Desenvolve SP atua como agente repassador das linhas de financiamento com recursos de terceiros.
As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

1.2 Programas de Governo e Linhas de Financiamento
Por meio de operações de crédito consciente e de longo prazo, a Desenvolve SP promove o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo, para as pequenas e médias empresas paulistas e, por meio das linhas de financiamento para o setor público, a instituição incentiva o crescimento dos municípios e contribui para a melhoria da qualidade de vida da população paulista.
As opções de crédito da Desenvolve SP atendem a diversas áreas e atividades, financiando desde a aquisição de máquinas e equipamentos, até grandes projetos de investimento em ampliações e modernizações, incluindo projetos inovadores.
No 1º semestre de 2015, a Desenvolve SP lançou três linhas de financiamento:

- Linha Inovacred Expresso, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), complementar ao Inovacred, esta linha financia projetos de empresas ou instituições que desenvolvam atividades inovadoras para as etapas científicas, tecnológicas, organizacionais e comerciais, incluindo investimento em novas formas de conhecimento, que visam à inovação de produtos e/ou processos.
- Linha BNDES Profarma, que visa o desenvolvimento e aumento de competitividade das empresas do Complexo Industrial de Saúde (CIS) por meio de financiamento do aumento da capacidade produtiva, adequação regulatória, melhorias organizacionais e internacionalização.
- Linha BNDES Moderinfra, do Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem, para agricultores de alguns municípios inseridos em áreas da bacia do Alto Tietê, visando estimular o investimento em modernização dos equipamentos de irrigação que permitem a otimização dos recursos hídricos.

1.3 Fundos Garantidores
Os Fundos Garantidores são uma alternativa para os pequenos e médios empresários que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito. A Desenvolve SP opera os seguintes Fundos Garantidores:

- Fundo de Aval (FDA), operado e administrado pela Desenvolve SP, conta com recursos do Tesouro Estadual e se aplica a todas as linhas de financiamento (exceto para operações de capital de giro), para pequenas empresas, de qualquer segmento, com receita bruta anual de até R$ 3,6 milhões.
- Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), tem a finalidade exclusiva de complementar as garantias exigidas pelas instituições financeiras, para pequenas empresas com receita bruta anual de até R$ 3,6 milhões.
- Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES, tem o objetivo de facilitar a obtenção de crédito de pequenas e médias empresas com receita bruta anual de até R$ 90,0 milhões.
- Fundo Garantidor de Operações (FGO), administrado pelo Banco do Brasil, tem como finalidade garantir risco dos empréstimos e financiamentos concedidos pela Desenvolve SP, para micro, pequenas e médias empresas com receita bruta anual de até R$ 15,0 milhões.

1.4 Fundos de Desenvolvimento
A partir da divulgação da Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010, a Desenvolve SP iniciou suas atividades de administradora dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento, conforme previsto na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001.
A Desenvolve SP administra os seguintes fundos de desenvolvimento:

- Fundo de Aval (FDA) do Estado de São Paulo, tem o objetivo de prover recursos para garantir riscos de crédito, viabilizando o acesso das microempresas e das empresas de pequeno porte do Estado de São Paulo, cuja receita bruta anual não ultrapasse o valor de R$ 3,6 milhões.
- Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet), visa conceder financiamento para projetos ligados à inovação, bem como equalizar as taxas de juros de linhas com o mesmo objetivo.
- Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac), tem o objetivo de promover o fortalecimento do setor industrial e empresarial, por meio da reorganização e a modernização de empresas.
- Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR), conta com recursos para execução de investimentos na região do Vale do Ribeira, dando suporte econômico ao desenvolvimento social.

Estão em tratativas as transferências do Fundo Estadual de Controle da Poluição (Fecop), do Fundo Estadual de Eletrificação Rural (FEER), do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (Fidec) e do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social (Fides).
O Fundo Estadual de Saneamento Básico (Fesb) e o Fundo Estadual de Saneamento (Fesan) serão transferidos após a conclusão da transferência e operacionalização dos fundos citados acima.

1.5 Fundos de Investimento
Fundos de Investimento, focados em participações em empresas, são instrumentos financeiros criados para facilitar a injeção de capital de terceiros em empresas caracterizadas por seu forte potencial de crescimento.
A Desenvolve SP possui, atualmente, posições nos seguintes Fundos de Investimento em Participação:

- Fundo Inovação Paulista, idealizado pela Desenvolve SP, faz parte do Programa São Paulo Inova, e tem como foco setorial empresas inovadoras nos setores de tecnologia da informação e comunicação, tecnologias agropecuárias, novos materiais/nanotecnologias e tecnologias em saúde instaladas no Estado de São Paulo.
- Fundo de Investimento em Participação Aeroespacial, de abrangência nacional, é destinado aos setores aeroespacial, defesa, segurança e integração de sistemas.
- Fundo Performa Investimentos SC-I, tem como objetivo o investimento em empresas emergentes inovadoras localizadas no Estado de São Paulo e foco em investimentos no setor de tecnologias sustentáveis (clean tech), biotecnologia, aplicações médicas, nanotecnologia e tecnologia da informação.
- Fundo CRP Empreendedor, é um Fundo de Investimento em pequenas e médias empresas emergentes e inovadoras nacionais, dos setores de petróleo e gás, bens de capital, energias renováveis, nanotecnologia, fármacos, biotecnologia e novos materiais.
- Fundo BBI Financial I, tem como objetivo o tema de ciências da vida e atua com foco setorial em empresas biofarmacêuticas, farmacêuticas, de equipamentos médicos, diagnósticos, saúde, serviços de bem estar, biotecnologia agrícola, biotecnologia industrial, biocombustíveis e bioquímicos, localizadas em todo Brasil.

Até 30 de junho de 2015, foram aprovadas trinta e três empresas para investimento por meio desses fundos, das quais vinte já foram investidas. Desse montante, temos vinte e cinco empresas aprovadas no Estado de São Paulo, sendo que dezesseis já receberam investimento.

1.6 Parceiros
Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial, fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, a Desenvolve SP abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.
Foram formalizadas, até 30 de junho de 2015, 37 parcerias com órgãos de classe e entidades representativas do segmento empresarial, e 105 parcerias com fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos por meio do Financiamento a Comercialização, ferramenta criada para dinamizar a comercialização de máquinas e equipamentos, totalizando 142 parcerias.
A Desenvolve SP tem, ainda, acordo operacional firmado com o banco italiano Banca Infrastrutture Innovazione e Sviluppo (BIIS), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Fapesp, as Indústrias Romi, o KfW Bankengruppe (KfW), agente financeiro do Governo Federal Alemão, o Sebrae-SP, a Finep, dentre outros.

2 DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou no 1º semestre de 2015 um lucro líquido de R$ 35,1 milhões.
Com Patrimônio Líquido de R$ 1.054 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 30 de junho de 2015, foi de 6,91%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R$ 74,6 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R$ 22,0 milhões, gerando resultado operacional de R$ 52,6 milhões.
O total de ativos alcançou R$ 1.442 milhões, em 30 de junho de 2015, composto por 70,4% de operações de crédito (67,1% de recursos próprios e 32,9% com recursos de terceiros), 24,4% de títulos e valores mobiliários e 5,2% de outros ativos.

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Desembolsos
Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram, em 30 de junho de 2015, R$ 1.901 milhões, com um total de 3.022 operações para 1.347 empresas e prefeituras distribuídas em 244 municípios.
No 1º semestre de 2015, os desembolsos somaram R$ 185 milhões, sendo 67,5% liberados com recursos próprios e 32,5% com recursos de terceiros, para 114 empresas de 73 cidades.
Desde 2010, a Desenvolve SP vem priorizando financiamentos a projetos de investimento, sendo os desembolsos do 1º semestre de 2015 direcionados principalmente para estes projetos, com 72,9% do total, e 20,0% destinados a pedidos de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos, enquanto 7,1% foram para capital de giro.
O setor de serviços teve 36,1% de participação no desembolso total do 1º semestre de 2015, seguido pelo setor da indústria com 30,8%, setor do governo com 30,6%, setor de comércio com 2,0%, e setor do agronegócio com 0,5%.
Destacam-se no 1º semestre de 2015, os desembolsos realizados por meio da Linha de Financiamento ao Investimento Paulista, que financia projetos para otimização da capacidade produtiva, bem como para aquisição de máquinas e equipamentos, com um desembolso de R$ 32,8 milhões, 17,7% do total de desembolsos.
Os desembolsos por meio da Linha Economia Verde, que financia projetos sustentáveis, foram de R$ 22,9 milhões, 12,4% do total de desembolsos do 1º semestre de 2015 e superaram em 42,6% a meta de saldo do semestre.
Destacam-se também os desembolsos voltados para o setor público, que no 1º semestre somaram R$ 56,8 milhões, um crescimento de 4,8% em relação ao último semestre de 2014 e de 245,3% em relação ao primeiro semestre de 2014.

3.1.1 Apoio à Inovação
A Desenvolve SP entende que investir em inovação é fundamental para qualquer empresa que quer se destacar num mercado cada vez mais competitivo. Adotar um planejamento no qual o foco principal seja a inovação pode garantir o crescimento da empresa no longo prazo.
Com cinco linhas de financiamento disponíveis para inovação, sendo estas a Linha de Incentivo à Tecnologia (LIT), Linha Incentivo à Inovação (LII), Inovacred, Inovacred Expresso e BNDES MPME Inovadora, a Desenvolve SP desembolsou um total de R$ 13,1 milhões, sendo que 55,8% desses foram desembolsados no 1º semestre de 2015, o que equivale a um crescimento de 45,3% em relação ao mesmo período do ano passado.
Das liberações para financiamento de inovação, 51,2% foram provenientes de recursos próprios e 48,8% de recursos de terceiros. O saldo em carteira das linhas LIT e LII superaram em 28,8% a meta prevista até junho de 2015.
As micro e pequenas empresas representam 78,8% do desembolso acumulado, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo.
Em apoio às *startups*, pequenas e médias empresas, e pesquisadores, a Desenvolve SP criou, em junho, o **Movimento pela Inovação**. O movimento tem como objetivo impulsionar os investimentos em inovação no Estado de São Paulo, por meio de reuniões periódicas com todas as instituições participantes e organismos multilaterais do campo da inovação e da pesquisa, para atender, dentro de incubadoras, aceleradoras, universidades e parques tecnológicos, os interessados em tirar projetos inovadores do papel, demonstrando que a inovação está ao alcance de todos.

3.2 Saldo das Operações de Crédito
O saldo das operações de crédito totalizou R$ 1.042 milhões, em 30 de junho de 2015, um crescimento de 3,6% no ano, e de 18,0% se comparado com junho de 2014.
As operações de financiamento para projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos são as de maior representatividade, com 96,9% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP, como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do Estado de São Paulo.
A representatividade do saldo de carteira do setor público alcançou 20,4%, a maior da história da Desenvolve SP. Em relação ao porte, 67,2% do total da carteira representam as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).
Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 8,5% de operações com vencimento de até 360 dias e 91,5% acima de 360 dias. Vale destacar que 68,4% da carteira está classificada nos *ratings* "AA" e "A".
O Índice de Inadimplência[1] em 30/06/2015 foi de 2,9%, um incremento de 0,1 p.p. em relação à 30/06/2014 (2,8%) e queda de 0,1 p.p. se comparado com 31/12/2014 (3,0%).

[1] Índice de Inadimplência: montante de operações com atraso acima de 90 dias em relação ao total da carteira de crédito.

4 GESTÃO DE PESSOAS

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o 1º semestre de 2015 com 160 colaboradores ativos, incluindo 04 Diretores, e, além destes, 06 jovens aprendizes.
Na Desenvolve SP os graduados ocupam 100% do quadro, sendo 31% pós-graduados. A média da idade é de 39 anos e, dos cargos comissionados, 59% são ocupados por mulheres.
A Desenvolve SP possui um Plano de Desenvolvimento Profissional, composto dos seguintes programas: Programa de Treinamentos, Programa de Desenvolvimento Educacional, Programa de Desenvolvimento das Áreas de Negócios, Programa de Desenvolvimento de Lideranças e Programa de Aperfeiçoamento Profissional. O valor orçamentário comprometido no 1º semestre de 2015 para o Plano de Desenvolvimento Profissional foi de R$ 560 mil, entre processos finalizados e em andamento.
A instituição acredita que valores morais como respeito, seriedade, honestidade e lealdade fazem parte da conduta e postura profissional de nossos colaboradores, espelhados em seu Código de Ética.

5 DESTAQUES - 1º SEMESTRE DE 2015

- √ **A Desenvolve SP completou, em março, seis anos de atuação**, ajudando no desenvolvimento da economia paulista e na melhoria da qualidade de vida da população.
- √ **A Desenvolve SP ganhou, pela segunda vez, o Prêmio 19 de Março,** realizado em 16 de março, que tem o objetivo de promover, difundir e aprimorar a utilização da modalidade pregão. O prêmio foi da categoria "Órgão/Entidade que mais investiu em capacitação de pregoeiros e equipes de apoio - âmbito Estadual".
- √ **A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)** da Desenvolve SP entrou em vigor em março de 2015. O objetivo da política é estabelecer diretrizes socioambientais a serem seguidas pela Desenvolve SP no seu relacionamento com todos os clientes internos e externos, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade**.**
- √ **Lançamento, em abril, do novo site da Desenvolve SP**, que apresenta um novo *layout*, além de um conteúdo voltado para os empresários, ao tema inovação, novas ferramentas e vídeos tutoriais.
- √ **Lançamento, em maio, do novo site do Canal do Empresário**, elaborado para apoiar o planejamento das pequenas e médias empresas. Sua *homepage* ganhou novos recursos para dar mais ênfase ao conteúdo e serviços oferecidos, sendo um dos principais destaques a criação de seções para tratar sobre inovação, *startups* e economia criativa.
- √ **Realização do Workshop de Inovação - Linhas e Fontes de Financiamento para Inovação,** no dia 21 de maio. O evento com foco ao fomento à inovação tecnológica regional reuniu as principais instituições financeiras de fomento à inovação do Brasil, sendo resultado do convênio entre a Agência de Desenvolvimento e Inovação de Sorocaba (Inova) e a Desenvolve SP.
- √ **Criação, em junho, do Movimento pela Inovação - Incentivando a inovação nas pequenas e médias empresas paulistas.** Criado pela Desenvolve SP, o Movimento pretende apoiar empresas, *startups* e pesquisadores a investir em inovação, encurtando a distância entre os centros de pesquisa, empresas e instituições de fomento para transformar o conhecimento produzido em parques tecnológicos, incubadoras e universidades, em produtos e negócios de sucesso, gerando empregos e renda. A iniciativa conta com a participação de importantes instituições e organismos multilaterais do campo da inovação e da pesquisa, como a Desenvolve SP, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o Centro Paula Souza, o Sebrae-SP, a Finep, o BNDES, universidades, centros de pesquisas, fundos de investimento, parques tecnológicos, entre outros.

São Paulo, 13 de agosto de 2015
MILTON LUIZ DE MELO SANTOS
Diretor-Presidente
ÁLVARO SEDLACEK
Diretor Financeiro e de Negócios
JOAQUIM ELÓI CIRNE DE TOLEDO
Diretor de Infraestrutura e TI
JULIO THEMES NETO
Diretor de Fomento e de Crédito

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Luiz França Gomes
Presidente

Francisco Vidal Luna
Lídia Goldenstein
Milton Luiz de Melo Santos
Mônika Carneiro Meira Bergamaschi
Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos
Roberto Brás Matos Macedo

DIRETORIA COLEGIADA

Milton Luiz de Melo Santos
Diretor-Presidente
Álvaro Sedlacek
Diretor Financeiro e de Negócios

Joaquim Elói Cirne de Toledo
Diretor de Infraestrutura e Tecnologia da Informação
Julio Themes Neto
Diretor de Fomento e de Crédito

CONSELHO FISCAL (membros efetivos)

Grace Maria Monteiro da Silva Freitas **Humberto Baptistella Filho** **Isadora Chansky Cohen**

COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes - Presidente **Francisco Vidal Luna**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 30 de junho de 2015 e 2014 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	30.06.2015	30.06.2014
Circulante		**527.010**	**237.719**
Aplicações interfinanceiras de liquidez		**–**	**11.699**
Aplicações no mercado aberto		–	11.699
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**6**	**242.317**	**389**
Carteira própria		242.317	389
Operações de crédito	**7**	**226.594**	**209.605**
Setor público		59.493	37.657
Setor privado		176.580	185.897
(Provisão para operações de crédito)		(9.479)	(13.949)
Outros créditos		**22.300**	**9.762**
Rendas a receber		502	372
Diversos	**8**	21.798	9.390
Outros valores e bens		**35.799**	**6.264**
Bens não de uso próprio		35.683	6.234
Despesas antecipadas		116	30
Não circulante		**914.148**	**1.122.205**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos	**6**	**108.917**	**460.027**
Carteira própria		111.954	460.027
(Provisões para desvalorizações)		(3.037)	–
Operações de crédito	**7**	**788.769**	**644.781**
Setor público		162.596	101.096
Setor privado		643.820	558.887
(Provisão para operações de crédito)		(17.647)	(15.202)
Outros créditos		**16.462**	**17.397**
Diversos	**8**	16.462	17.397
Permanente		**1.277**	**6.419**
Investimentos		**–**	**5.149**
Ações e cotas		–	5.149
Imobilizado de uso		**1.213**	**1.169**
Outras imobilizações de uso		1.649	1.446
(Depreciações acumuladas)		(436)	(277)
Intangível		**64**	**101**
Outros ativos intangíveis		252	252
(Amortização acumulada)		(188)	(151)
Total do ativo		**1.442.435**	**1.366.343**

Passivo	Nota	30.06.2015	30.06.2014
Circulante		**107.680**	**106.342**
Depósitos	**9**	**193**	**242**
Depósitos vinculados		193	242
Obrigações por repasses do País			
Instituições oficiais	**10**	**70.643**	**76.931**
BNDES		30.269	36.621
FINAME		40.190	40.310
FINEP		184	–
Outras obrigações		**36.844**	**29.169**
Cobrança e arrecadação de tributos		16	178
Obrigações sociais e estatutárias	**11**	9.654	6.780
Obrigações fiscais e previdenciárias	**11**	13.146	10.647
Recursos para destinação específica	**11**	4.572	5.414
Diversos	**11**	9.456	6.150
Não circulante		**280.814**	**214.960**
Obrigações por repasses do País			
Instituições oficiais	**10**	**271.065**	**195.556**
BNDES		156.420	86.623
FINAME		108.882	108.933
FINEP		5.763	–
Outras obrigações		**9.749**	**19.404**
Obrigações fiscais e previdenciárias	**11**	98	95
Recursos para destinação específica	**11**	9.317	18.984
Diversos	**11**	334	325
Patrimônio líquido	**12**	**1.053.941**	**1.045.041**
Capital social		1.000.000	1.000.000
Ações ordinárias - País		1.000.000	1.000.000
Reservas de lucros		53.941	45.041
Total do passivo		**1.442.435**	**1.366.343**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Em 30 de junho de 2015 e 2014 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Receitas da intermediação financeira		**95.326**	**72.598**
Operações de crédito		74.956	46.920
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		20.370	25.678
Despesas da intermediação financeira		**(20.706)**	**(20.491)**
Operações de empréstimos e repasses		(9.170)	(6.169)
Provisão para operações de crédito		(11.536)	(14.322)
Resultado bruto da intermediação financeira		**74.620**	**52.107**
Outras receitas/despesas operacionais		**(21.988)**	**(19.912)**
Rendas de tarifas bancárias		1.617	2.312
Despesas de pessoal	13	(14.824)	(12.226)
Outras despesas administrativas	13	(6.224)	(8.065)
Despesas tributárias	13	(5.160)	(3.446)
Outras receitas operacionais	13	3.043	2.065
Outras despesas operacionais		(440)	(552)
Resultado operacional		**52.632**	**32.195**
Resultado não operacional		**(7)**	**(218)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**52.625**	**31.977**
Imposto de renda e contribuição social	**14**	**(16.194)**	**(8.999)**
Provisão para imposto de renda		(9.429)	(7.633)
Provisão para contribuição social		(5.656)	(4.593)
Ativo fiscal diferido		(1.109)	3.227
Participações estatutárias no lucro		**(1.307)**	**(851)**
Lucro líquido		**35.124**	**22.127**
Juros sobre capital próprio	**12**	**(11.137)**	**(8.734)**
Lucro por ação (R$)	**12**	**0,03512**	**0,02213**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Em 30 de junho de 2015 e 2014 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações		**52.625**	**31.977**
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações		**12.474**	**14.415**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		11.536	14.322
Depreciação e amortização		96	93
Provisão para desvalorização de títulos livres		842	–
Lucro ajustado antes dos impostos e participações		**65.099**	**46.392**
Variação ativo/passivo		**(51.269)**	**(99.171)**
(Aumento)/redução em TVM		54.616	13.865
(Aumento)/redução operações de crédito		(59.125)	(136.189)
(Aumento)/redução outros créditos		(13.247)	(4.661)
(Aumento)/redução outros valores e bens		(34.429)	295
Aumento/(redução) depósitos		(99)	(488)
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		19.950	36.613
Aumento/(redução) outras obrigações		(5.255)	4.640
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.680)	(13.246)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**13.830**	**(52.779)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ações e cotas		–	(1.675)
Devolução de ações e cotas		–	–
Aquisição de imobilizado de uso		(63)	(163)
Aplicações no intangível		–	(20)
Caixa líquido das atividades de investimentos		**(63)**	**(1.858)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos exercício anterior		(6.839)	(9.925)
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		(14.434)	(11.539)
Dividendos pagos	**12**	(6.682)	(3.287)
Juros sobre o capital próprio pagos	**12**	(2.784)	(2.797)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		**(30.739)**	**(27.548)**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(16.972)**	**(82.185)**
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		33.523	94.273
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**5**	16.551	12.088
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(16.972)**	**(82.185)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 30 de junho de 2015 e 2014 *(Em milhares de Reais)*

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Especiais de lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2014	**1.000.000**	**–**	**7.252**	**27.682**	**–**	**1.034.934**
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	22.127	22.127
Destinações:						
Reservas	–	–	1.106	9.001	(10.107)	–
Dividendos	–	–	–	–	(3.286)	(3.286)
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(8.734)	(8.734)
Saldos em 30/06/2014	**1.000.000**	**–**	**8.358**	**36.683**	**–**	**1.045.041**
Mutações do semestre	**–**	**–**	**1.106**	**9.001**	**–**	**10.107**
Saldos em 01/01/2015	**1.000.000**	**–**	**8.954**	**27.682**	**–**	**1.036.636**
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	35.124	35.124
Destinações:						
Reservas	–	–	1.756	15.549	(17.305)	–
Dividendos	–	–	–	–	(6.682)	(6.682)
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(11.137)	(11.137)
Saldos em 30/06/2015	**1.000.000**	**–**	**10.710**	**43.231**	**–**	**1.053.941**
Mutações do semestre	**–**	**–**	**1.756**	**15.549**	**–**	**17.305**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 *(Em milhares de Reais)*

1 - Contexto operacional
A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.
As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações.
A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.
Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:
i. Fundos governamentais;
ii. Orçamento estadual;
iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.
Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).
Em 13/08/2015, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Alterações na Lei das S.A. (Lei nº 6.404)
A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou/revisou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2013, sendo que os recepcionados pelo Banco Central do Brasil foram:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	*Framework*	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	7/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	7/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09

Com exceção dos pronunciamentos relativos à Redução ao Valor Recuperável de Ativos e Pagamento Baseado em Ações, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Financeiras da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos.

4 - Principais práticas contábeis
a) Receitas e despesas
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
c) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.
As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

continua →

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 *(Em milhares de Reais)*

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

d1. Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

d2. Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d3. Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Ativo permanente

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação;
- 20% para sistemas de processamento de dados;
- 20% para intangíveis.

f) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

g) Tributos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas abaixo:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos tributários referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 14 b.

h) Utilização de Estimativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

i) Contingências

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2015	30.06.2014
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	–	11.699
Títulos e valores mobiliários	16.551	389
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**16.551**	**12.088**

6 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	30.06.2015		30.06.2014	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	225.766	97.013	–	460.027
Cotas de Fundos de Renda Fixa	16.551	–	389	–
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	–	7.375	–	–
Cotas de Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras - FMIEEI	–	6.531	–	–
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	–	1.035	–	–
(–) Provisões para Desvalorizações	–	(3.037)	–	–
Total	**242.317**	**108.917**	**389**	**460.027**

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A. Em 30 de junho de 2015 e 2014, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Em 30 de junho de 2014, as cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP), Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras (FMIEEI) e Fundos Garantidores de Operações de Crédito estavam classificadas em Investimentos no Ativo Permanente, tendo sido reclassificadas para melhor apresentar esses investimentos e suas características.

b) Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço. Em 30/06/2015, estavam assim compostas:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
Inovação Paulista (FIP)	25.000	3.357	2.263
BBI Financial I (FMIEEI)	10.000	5.233	4.568
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	3.554	3.109
Performa Investimentos SC - I (FMIEEI)	2.000	1.298	821
Aeroespacial (FIP)	10.000	464	295
Total	**57.000**	**13.906**	**11.056**

7 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	30.06.2015			30.06.2014		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Financiamentos	157.752	645.902	803.654	123.149	549.000	672.149
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	55.007	152.013	207.020	34.682	89.673	124.355
Empréstimos	23.314	8.501	31.815	65.477	21.310	86.787
Títulos Descontados	–	–	–	246	–	246
Total da Carteira de Crédito	**236.073**	**806.416**	**1.042.489**	**223.554**	**659.983**	**883.537**
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(9.479)	(17.647)	(27.126)	(13.949)	(15.202)	(29.151)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	**226.594**	**788.769**	**1.015.363**	**209.605**	**644.781**	**854.386**

b) Receitas de operações de crédito

	30.06.2015	30.06.2014
Financiamentos	50.195	32.316
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	17.636	9.340
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.975	93
Empréstimos	3.149	5.134
Títulos Descontados	1	37
Total	**74.956**	**46.920**

c) Carteira por setor de atividade econômica

	30.06.2015	Participação	30.06.2014	Participação
Setor Público	**222.089**	**21%**	**138.753**	**16%**
Administração Direta	212.306	20%	128.129	15%
Atividades Empresariais	9.783	1%	10.624	1%
Setor Privado	**820.400**	**79%**	**744.784**	**84%**
Indústria	263.149	25%	311.537	35%
Outros serviços	502.169	48%	390.567	44%
Comércio	34.255	4%	29.116	3%
Pessoas Físicas	20.827	2%	13.564	2%
Total	**1.042.489**	**100%**	**883.537**	**100%**

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	Operações em Curso Normal									30.06.2015	30.06.2014
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	**562.402**	**150.891**	**133.992**	**127.186**	**18.196**	**12.120**	**1.204**	**–**	**848**	**1.006.839**	**853.519**
01 a 30	12.973	4.344	3.754	2.717	467	112	117	–	28	24.512	19.369
31 a 60	10.175	3.541	3.272	1.856	279	110	113	–	26	19.372	16.009
61 a 90	9.845	3.553	3.382	1.596	296	109	111	–	25	18.917	29.919
91 a 180	28.815	10.119	9.748	5.038	1.092	320	321	–	76	55.529	45.954
181 a 360	55.570	16.795	18.042	10.332	2.338	560	230	–	132	103.999	93.516
Acima de 360	445.024	112.539	95.794	105.647	13.724	10.909	312	–	561	784.510	648.752
Parcelas Vencidas	**–**	**465**	**175**	**592**	**25**	**33**	**26**	**–**	**5**	**1.321**	**1.564**
01 a 30	–	465	164	421	25	33	18	–	5	1.131	1.360
31 a 60	–	–	11	171	–	–	8	–	–	190	204
	562.402	**151.356**	**134.167**	**127.778**	**18.221**	**12.153**	**1.230**	**–**	**853**	**1.008.160**	**855.083**

	Operações em Curso Anormal [a]									30.06.2015	30.06.2014
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	**–**	**–**	**–**	**4.223**	**10.886**	**517**	**7.605**	**295**	**5.776**	**29.302**	**19.805**
01 a 30	–	–	–	99	92	3	191	12	193	590	1.020
31 a 60	–	–	–	99	169	3	205	12	193	681	951
61 a 90	–	–	–	100	167	3	202	12	189	673	898
91 a 180	–	–	–	242	500	26	599	35	530	1.932	2.488
181 a 360	–	–	–	387	988	71	993	69	1.012	3.520	3.209
Acima de 360	–	–	–	3.296	8.970	411	5.415	155	3.659	21.906	11.239
Parcelas Vencidas	**–**	**–**	**–**	**348**	**862**	**30**	**1.533**	**77**	**2.177**	**5.027**	**8.649**
01 a 30	–	–	–	129	92	3	193	11	205	633	968
31 a 60	–	–	–	118	92	3	243	12	206	674	1.051
61 a 90	–	–	–	77	320	3	255	12	208	875	1.062
91 a 180	–	–	–	24	358	12	484	42	608	1.528	2.187
181 a 360	–	–	–	–	–	9	358	–	863	1.230	3.086
Acima de 360	–	–	–	–	–	–	–	–	87	87	295
Subtotal	**–**	**–**	**–**	**4.571**	**11.748**	**547**	**9.138**	**372**	**7.953**	**34.329**	**28.454**
Total	**562.402**	**151.356**	**134.167**	**132.349**	**29.969**	**12.700**	**10.368**	**372**	**8.806**	**1.042.489**	**883.537**

[a] Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

		30.06.2015		30.06.2014	
Nível de Risco	Provisão%	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão
AA	–	562.402	–	412.751	–
A	0,5	151.356	757	146.254	731
B	1,0	134.167	1.342	159.010	1.590
C	3,0	132.349	3.970	114.515	3.436
D	10,0	29.969	2.997	20.211	2.021
E	30,0	12.700	3.810	8.724	2.617
F	50,0	10.368	5.184	3.945	1.973
G	70,0	372	260	4.480	3.136
H	100,0	8.806	8.806	13.647	13.647
Total		**1.042.489**	**27.126**	**883.537**	**29.151**

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	30.06.2015	30.06.2014
Saldo Inicial	**38.390**	**34.569**
Créditos baixados para prejuízo	(22.800)	(19.740)
Provisão constituída	11.536	14.322
Saldo Final	**27.126**	**29.151**

g) Informações complementares

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Créditos renegociados [a]	51.351	26.840
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	3.975	93

[a] Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

8 - Outros créditos - Diversos

	30.06.2015	30.06.2014
Créditos tributários (Nota 14b)	23.765	25.460
Créditos a receber [a]	13.255	–
Adiantamentos para despesas	671	560
Devedores diversos	569	767
Total	**38.260**	**26.787**

[a] Referem-se a créditos de ICMS recebidos em quitação de operações de crédito, cuja liquidação financeira ocorreu em 16/07/2015.

9 - Depósitos vinculados

	30.06.2015	30.06.2014
Garantias de fornecedores	167	146
Garantias de operações de crédito [a]	26	96
Total	**193**	**242**

[a] Referem-se a recursos provenientes da liquidação de duplicatas ou contratos recebidos como garantias de operações de crédito.

10 - Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

As obrigações por repasses do país referem-se a recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, com vencimentos mensais e encargos financeiros conforme tabela abaixo.

Programa	Encargos	30.06.2015	30.06.2014
BNDES	Pré: 1,0% a.a. Pós: TJLP ou TJLP mais juros de 0,5% até 5,4% a.a. ou Selic mais juros de 0,4% a.a. ou 1,3% a.a.	186.689	123.244
FINAME	Pré: Juros de 0,0% a.a. até 7% a.a. Pós: TJLP mais juros de 1,0% a 1,2% a.a.	149.072	149.243
FINEP	Pós: TJLP menos 3,0% a.a.	5.947	–
Total		**341.708**	**272.487**

As obrigações por repasses do BNDES e FINAME são compostas por operações, cujos prazos de vencimento estendem-se até 2025.

11 - Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	30.06.2015	30.06.2014
Juros sobre o capital próprio	8.353	5.936
Participação nos lucros	1.301	844
Total	**9.654**	**6.780**

b) Fiscais e previdenciárias

	30.06.2015	30.06.2014
Imposto de Renda	6.521	5.234
Contribuição Social	4.330	3.507
Impostos e contribuições sobre salários	1.645	1.393
COFINS	588	450
PIS	96	73
Outros	64	85
Total	**13.244**	**10.742**

c) Recursos para Destinação Específica - Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento[a]

	30.06.2015	30.06.2014
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	10.954	22.961
Programa Renova SP	2.935	1.437
Total	**13.889**	**24.398**

[a] Referem-se a recursos, transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo, destinados a subsidiar os juros das parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento.

d) Outras Obrigações - Diversas

	30.06.2015	30.06.2014
Provisões para despesas de pessoal	2.829	2.355
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	2.827	1.518
Credores por Créditos a Realizar [a]	2.134	–
Fornecedores	1.497	1.759
Provisões para despesas administrativas	493	839
Provisão para Passivos Contingentes	10	–
Credores diversos	–	4
Total	**9.790**	**6.475**

[a] Referem-se à diferença entre o valor dos créditos de ICMS, recebidos em quitação de operações de crédito, e o valor contábil das respectivas operações, o qual foi ressarcido aos clientes por ocasião da venda dos créditos, em 16/07/2015.

12 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social de R$ 1 bilhão está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07/10/2011, foi deliberado que, a partir de 2011, sejam distribuídos 100% do lucro líquido apurado no exercício, observando o limite máximo da distribuição do lucro sobre a forma de juros sobre capital próprio, estabelecido pela legislação, sendo o restante distribuído na forma de dividendos.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao 1º semestre de 2015, está demonstrado a seguir:

	30.06.2015
Lucro Líquido	35.124
(–) Reserva Legal	1.756
Base de Cálculo Ajustada	**33.368**
Juros sobre o capital próprio	11.137
Dividendos	6.682
Juros sobre o capital próprio e dividendos - 30.06.2015	**17.819**
Juros sobre o capital próprio e dividendos - 30.06.2014	**6.083**

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme segue:

Descrição	Valor
Juros sobre o capital próprio pagos	2.784
Dividendos pagos	6.682
Juros sobre o capital próprio provisionados	8.353
Total	**17.819**

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular BACEN nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.

c) Lucro por ação

	30.06.2015	30.06.2014
Lucro líquido do período	35.124	22.127
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R$)	**0,03512**	**0,02213**

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

13 - Desdobramento das contas de resultado

a) Despesas de pessoal

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Proventos	7.945	6.528
Encargos sociais	2.969	2.506
Benefícios	2.525	1.659
Honorários de diretores e conselheiros	1.086	1.172
Treinamento	299	190
Estagiários	–	171
Total	**14.824**	**12.226**

b) Outras despesas administrativas

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Processamentos de dados	1.477	1.318
Serviços técnicos especializados	1.020	934
Propaganda e publicidade [a]	860	2.664
Patrocínios e relações públicas [a]	652	919
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	604	520
Transporte	294	317
Manutenção e conservação de bens	245	247
Serviços de terceiros	220	166
Publicações	133	218
Comunicações	124	139
Viagem no país	100	101
Vigilância e segurança	96	108
Seguros	96	98
Água, energia e gás	88	63
Depreciação	82	70
Materiais de escritório	60	33
Serviços do sistema financeiro	59	77
Amortização	14	23
Contribuições filantrópicas	–	50
Total	**6.224**	**8.065**

[a] Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem publicidade legal, realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público-alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

c) Despesas tributárias

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Contribuição à COFINS	3.504	2.828
Contribuição ao PIS	569	460
ISSQN	135	153
ITBI	952	5
Total	**5.160**	**3.446**

d) Outras receitas operacionais

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Administração de Fundos de Desenvolvimento	2.723	1.857
Recuperação de Encargos e Despesas	200	159
Reversão de Provisões Operacionais	90	1
Outras	30	48
Total	**3.043**	**2.065**

14 - Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	30.06.2015		30.06.2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	52.625	52.625	31.977	31.977
Participação dos empregados	(1.307)	(1.307)	(851)	(851)
Resultado após a participação dos empregados	51.318	51.318	31.126	31.126
Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	**(12.830)**	**(7.698)**	**(7.782)**	**(4.669)**
Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:				
Adições	**(3.404)**	**(2.004)**	**(3.757)**	**(2.213)**
Exclusões	**3.972**	**2.376**	**1.644**	**979**
Incentivos fiscais	31	–	79	–
Prorrogação de licença maternidade	18	–	–	–
Juros sobre capital próprio	2.784	1.670	2.183	1.310
Imposto de Renda e CSLL	**(9.429)**	**(5.656)**	**(7.633)**	**(4.593)**
Ativo fiscal diferido	(693)	(416)	2.017	1.210
Despesa de IR e CSLL	**(10.122)**	**(6.072)**	**(5.616)**	**(3.383)**

b) Créditos tributários

Os créditos tributários referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias, aplicando-se alíquota de 40%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	31.12.2014	Baixa	Constituição	30.06.2015
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	23.607	5.695	4.638	22.550
Provisões para despesas administrativas	389	388	–	1
Provisões para desvalorização de títulos livres	878	–	336	1.214
Total	**24.874**	**6.083**	**4.974**	**23.765**

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular BACEN nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	Acima de 2019	Total
Valor nominal	3.394	8.002	10.706	449	191	1.023	23.765
Valor presente	3.183	6.619	7.979	304	118	485	18.688

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

15 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

Durante o 1º semestre de 2015, a instituição não manteve transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Benefícios de Curto Prazo	**1.248**	**1.347**
Diretoria	753	813
Conselho de Administração	230	246
Comitê de Auditoria	161	222
Conselho Fiscal	104	66
Outros Benefícios de Longo Prazo	**139**	**148**
Diretoria	139	148
Total	**1.387**	**1.495**

16 - Contingências

Natureza	31.12.2014	Baixa	Constituição	30.06.2015
Trabalhista	10	–	–	10
Total	**10**	**–**	**–**	**10**

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

Não há contingências passivas classificadas como possíveis que requeiram divulgação em notas explicativas.

17 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Na Desenvolve SP, o gerenciamento de riscos e de capital é realizado pela SURIC - Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas, unidade ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance.

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível ao público na sede da instituição.

18 - Estrutura de Sistemas

A Desenvolve SP desenvolveu modelos e metodologias para que os riscos inerentes às atividades desenvolvidas sejam identificados, avaliados, monitorados e minimizados em um nível aceitável pela alta administração.

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de modelos proprietários.

19 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisadas anualmente e submetidas para a aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco Operacional

O MNP - Controles Internos e Compliance, aprovado pela Diretoria Colegiada, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria.

O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores complementa as ações de controles internos e contribui para a mitigação do risco operacional.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWAOPAD, conforme determina a Circular nº 3.640, de 04/03/2013, do Banco Central do Brasil (Bacen). Para esse cálculo, a Desenvolve SP optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico.

b) Risco de Mercado

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.

Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Bacen.

c) Risco de Crédito

A Política de Gerenciamento do Risco de Crédito segrega a gestão do crédito, realizada pela Sucre - Superintendência de Crédito, da gestão do risco de crédito, realizada pela Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWACPAD, cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular Bacen nº 3.644, de 04/03/2013.

d) Risco de Liquidez

Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Gerenciamento de Capital

A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

O Plano de Capital, parte integrante dessa Política, abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

20 - Limites Operacionais

O Conselho Monetário Nacional, através do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito e operacional, no âmbito de Basileia III.

A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela a seguir:

Adequação do Patrimônio de Referência (PR)	Valor (R$ mil)
Patrimônio de Referência (PR)	**1.053.928**
Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA (PR_{RWA})	**803.928**
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	803.928
Excesso de Recursos Aplicados no Ativo Permanente	–
Patrimônio de Referência Nível I (PR_I)	**1.053.928**
Patrimônio de Referência Nível II (PR_II)	**–**
Capital Principal	**1.053.928**
Destaque de Capital para Operações com o Setor Público	250.000
Limite de Imobilização	401.964
PARCELA RWA_{CPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.144.875
PARCELA RWA_{MPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	–
PARCELA RWA_{OPAD} - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada	155.886
PARCELA R_{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	2.641
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	**1.300.761**
Margem sobre o PR Considerando R_{BAN}	**658.203**
Margem ou Insuficiência do Limite de Imobilização	400.700
Índice de Basileia (mínimo = 11%)	**61,80%**
Índice de Basileia Amplo - Inclui R_{BAN} (mínimo = 11%)	**60,68%**
Índice de Nível I (mínimo = 6%)	**61,80%**
Índice de Capital Principal (mínimo = 4,5%)	**61,80%**

21 - Outras Informações

a) Auto de Infração PIS/COFINS

Em 08 de janeiro de 2014, a Desenvolve SP recebeu o Termo de Início de Fiscalização e Intimação, referente à apuração do PIS e da COFINS, do período compreendido entre fevereiro de 2009 a dezembro de 2011.

Na conclusão do processo de fiscalização, em 22/05/2014, a Receita Federal do Brasil lavrou Auto de Infração no valor de R$ 19,5 milhões, por insuficiência de recolhimento das contribuições para o PIS e para a COFINS, decorrente da adoção indevida do regime cumulativo.

Por julgar improcedente os procedimentos que resultaram nesta autuação, em 20/06/2014 foi apresentada impugnação, junto à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), onde foram expostos os argumentos da Instituição, baseados na legislação vigente, que respaldam os procedimentos adotados na apuração do PIS/COFINS, durante o período em questão (2009 a 2011).

Em virtude dos principais pleitos terem sido julgados improcedentes pela DRJ, em 18 de dezembro de 2014 foi apresentado Recurso Voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Atualmente, o processo está aguardando julgamento na 1ª TO/4ª Câmara/3ª Sejul, porém, as sessões de julgamento do CARF, previstas no calendário para o ano de 2015, serão reprogramadas, para adequação às necessidades desse órgão.

De acordo com parecer jurídico, a possibilidade de cumprimento do Auto de Infração foi classificada como remota.

DIRETORIA

Milton Luiz de Melo Santos
Diretor-Presidente

Álvaro Sedlacek
Diretor Financeiro e de Negócios

Joaquim Elói Cirne de Toledo
Diretor de Infraestrutura e Tecnologia da Informação

Julio Themes Neto
Diretor de Fomento e de Crédito

CONTADOR

Lucivaldo Pereira Lima
CRC 1SP258038/O-1

continua

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2015

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em atendimento à resolução nº 3.198, de 27 de maio de 2004, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao Estatuto Social da Instituição, tendo iniciado oficialmente suas atividades em abril de 2013, com a posse de três membros efetivos, sem mandato fixo.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Os integrantes do Comitê de Auditoria são independentes e suas funções são indelegáveis. Possuem capacitação técnica para o exercício do cargo, e o Presidente, escolhido pelos membros e ratificado pelo Conselho de Administração, possui comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria, com ampla experiência em outros órgãos.

Em 02 de fevereiro de 2015, o membro do Comitê de Auditoria Joaquim Eloi Cirne de Toledo renunciou ao cargo, ficando as reuniões do Comitê, durante os meses de fevereiro a junho, funcionando em caráter de exceção, com apenas dois membros.

Em 26 de março de 2015, foi eleito pelo Conselho de Administração, o Sr. Carlos Eduardo Sampaio Lofrano como o terceiro membro do Comitê de Auditoria, sendo que o termo de posse foi assinado em 03 de julho de 2015.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente oito vezes no primeiro semestre de 2015, realizando 51 (cinquenta e uma) sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos de negócios. Essas reuniões envolveram os Conselheiros de Administração, Conselho Fiscal, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição. As atas de reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, e o referido relatório são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, e permanecem à disposição dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (Bacen).

O Relatório do Comitê de Auditoria e o seu resumo para divulgação ao público externo, das suas atividades pertinentes ao primeiro semestre de 2015, foram aprovados em reunião do referido comitê realizada em 18/08/2015 e imediatamente encaminhados ao Conselho de Administração para conhecimento.

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição com o fito de aperfeiçoar os processos de controles internos e a gestão econômico-financeira, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (SURIC) têm por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil.

De forma complementar, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno.

Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos pela Administração com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos desta data até o presente momento. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da Instituição e auditoria das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, CMN e Bacen.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela Instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

7. CONCLUSÕES

Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

São Paulo, 18 de agosto de 2015

Jerônimo Antunes - Presidente

Francisco Vidal Luna

Carlos Eduardo Sampaio Lofrano

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2015, e a vista do parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 18 de agosto de 2015

Grace Maria Monteiro da Silva Freitas
Conselheira

Humberto Baptistella Filho
Conselheiro

Isadora Chansky Cohen
Conselheira

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2015, e a vista do parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas e do Comitê de Auditoria, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 20 de agosto de 2015

Márcio Luiz França Gomes - Presidente

Arnaldo Calil Pereira Jardim
Conselheiro

Luiz Carlos Motta
Conselheiro

Milton Luiz de Melo Santos
Conselheiro

Francisco Vidal Luna
Conselheiro

Lídia Goldenstein
Conselheira

Marcos Antonio Monteiro
Conselheiro

Roberto Brás Matos Macedo
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 20 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0